



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

130
C

088

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0178757-9
COMARCA: São João
AGRAVANTE: Banco ABN AMRO REAL S/A
AGRAVADO: Município de São João
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5527

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. SOLIDARIEDADE. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. NULIDADE DA CDA. VÍCIOS COMPROMETEDORES DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. PRECEDENTES DESTES TJPE. AGRAVO PROVIDO. PROCESSO EXECUTIVO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. *In casu*, anotou-se que na execução fiscal em lume foram listadas como executadas pessoas jurídicas diversas, sob a alegação de que entre as instituições financeiras integradas ao pólo passivo da ação executiva haveria relação de subordinação, na qual a empresa líder (Banco ABN AMRO REAL S/A) exerceria o controle sobre as demais sociedades componentes do conglomerado econômico, responsabilizando-se pelas obrigações tributárias imputadas ao grupo financeiro. 2. No ponto, consignou-se que a jurisprudência do STJ, por ocasião do enfrentamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que – sem ofensa à previsão contida no art. 124, I, do CTN – “*não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico*” (REsp 1.079.203/SC, Relª. Minª. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009). 3. Isso porque, “*Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico*” (REsp 834.044/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/11/2008, DJe de 15/12/2008). No mesmo sentido, cf., por ex.: AgRg no Ag 1055860/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe de 26/03/2009; REsp 1.001.450/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe de 27/03/2008. 4. Nesses termos, revela-se procedente a alegação de erro na identificação do sujeito passivo da relação tributária suscitada pela sociedade empresária recorrente. 5. Ademais, do exame da CDA que lastreia a execução, constatou-se a existência de nulidades comprometedoras da constituição do crédito tributário, sobretudo em virtude da inexistência de fundamentação legal para o lançamento fiscal. 6. Com efeito, a indicação genérica das normas tributárias supostamente infringidas vulneram o termo de inscrição da dívida ativa – conforme se infere dos arts. 202, inciso III, e 203, ambos do Código Tributário Nacional, e art. 2º, § 5º, inciso III, da Lei nº 6.830/80 –, e esse vício, por si só, prejudica (ou mesmo impede) o regular exercício da ampla defesa e do contraditório pela parte executada. 7. Igualmente, inexistente indicação de termo inicial para o cálculo dos juros e da correção monetária adicionados ao crédito exequendo, e bem assim não há justificativa legal para a cobrança do percentual de 30% (trinta por cento) a título de multa, conforme se depreende das informações sobre a metodologia de cálculo constante da CDA e da petição inicial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

131
089

da execução. 8. Por oportuno, registrou-se que ambas as Câmaras Fazendárias desta Corte (a 7ª e a 8ª Câmaras Cíveis) já tiveram oportunidade de apreciar recursos similares ao que ora se apresenta. 9. Ponderadas essas circunstâncias, e considerando que a oposição de exceção de pré-executividade se presta a evitar o prolongamento de execução inviável (dispensando-se a parte executada de desnecessária constrição patrimonial), tem-se que a execução fiscal em foco deve ser extinta, sem resolução de mérito, tendo em vista a nulidade do título executivo que lhe dá esteio, sobretudo em face da inexistência de fundamentação legal para a exação que se pretende levar a efeito. 10. Agravo provido, em ordem a extinguir a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso, com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil. 11. Diante do caso concreto, fixou-se em R\$ 500,00 (quinhentos reais) a verba honorária devida pelo Município sucumbente, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. 12. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo nº 0178757-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em dar provimento ao Agravo de Instrumento – em ordem a extinguir a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso –, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 4 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

126
9

090

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0178757-9
COMARCA: São João
AGRAVANTE: Banco ABN AMRO REAL S/A
AGRAVADO: Município de São João
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **agravo de instrumento** ajuizado contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São João, que, nos autos do Processo de Execução Fiscal nº 2.476/08 (onde se persegue supostos créditos tributários referentes ao ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil – *leasing* –, crédito direto a consumidor e financiamento de veículos automotores), indeferiu a exceção de pré-executividade argüida pela instituição financeira executada, argumentando que, na espécie, o título que lastreia a execução revela-se formalmente perfeito, considerando, ainda, que o exame dos vícios apontados pela parte executada demandaria ampla dilação probatória (expediente incompatível com o processo executivo).

Irresignada, a sociedade empresária ora recorrente, sustenta, em síntese, que: (i) o processo administrativo de constituição do suposto débito tributário imputado ao agravante encontra-se civado de nulidades absolutas que lhe retiram a presunção de legalidade característica dos atos administrativos dessa natureza, a saber: (a) há vício de competência no tocante ao ato de lançamento tributário, uma vez não realizado por agente fiscal municipal, mas por escritório de advocacia, (b) inexistente fundamentação legal para o lançamento fiscal, (c) há erro na indicação do sujeito passivo, posto que deflagrado o lançamento contra inúmeras pessoas jurídicas, sob a alegação de que seriam todas elas coligadas ao Banco agravante, (d) inexistente identificação da autoridade autuante, (e) ao longo do processo administrativo, houve violação aos princípios do contraditório e ampla defesa; (ii) não incide ISS em operações financeiras.

Nessa perspectiva, pugnou pela cassação da decisão agravada, bem assim pela extinção da execução fiscal subjacente ao presente recurso.

O Município recorrido compareceu aos autos para oferecer resposta ao agravo, argumentando, em suma, que: (i) o imposto objeto do processo administrativo tributário fora lançado apenas pela Municipalidade (sem a interferência de qualquer outro ente, muito menos de escritório de advocacia), mediante homologação das informações prestadas pelo Banco ABN perante o Sistema

Trã



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

127
9
091

Nacional de Gravames e depositadas junto ao DETRAN/PE; (ii) sendo o imposto lançado por homologação, dispensa-se integralmente o processo administrativo; (iii) mesmo dispensado do processo administrativo, o Fisco Municipal assegurou a mais ampla defesa ao contribuinte, através de processo administrativo fiscal simplificado; (iv) só se interrompe a execução com o respectivo depósito, e em dinheiro, do montante integral do crédito tributário; (v) *"considera o Banco Central como CONTROLADOR e RESPONSÁVEL primeiro pelas atividades das CONTROLADAS a sua empresa líder, enquanto real e autêntica CONTROLADORA de toda a operação - do que se depreende como titular no pólo passivo das obrigações tributárias"*; (vi) *"As atividades fiscais são privativas da Secretaria da Fazenda - em nenhuma hipótese tal dispositivo foi desacatado no processo administrativo. As atividades contratadas se encontram perfeitamente descritas ao contrato de prestação de serviços"*.

São estes os contornos principais da controvérsia objeto do presente agravo, o qual é de ser processado na forma de instrumento, porque enfrenta questão manifestamente capaz de causar lesão grave ao ora recorrente.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno (visto que desnecessária a intervenção ministerial, nos termos da Súmula 189 do STJ).

Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

132
C
092

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0178757-9
COMARCA: São João
AGRAVANTE: Banco ABN AMRO REAL S/A
AGRAVADO: Município de São João
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em sede de ação de execução fiscal (onde se persegue alegados créditos tributários referentes a ISS incidentes sobre operações de arrendamento mercantil - *leasing* -, crédito direto a consumidor e financiamento de veículos automotores), que rejeitou a arguição de pré-executividade suscitada pela instituição financeira executada, sob o fundamento de que o título que lastreia a execução revela-se formalmente perfeito, bem assim que o exame dos vícios apontados pela parte executada demandaria ampla dilação probatória (cf. fls. 67/68).

De início, e no que pertine à admissibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, cumpre assinalar que o Superior Tribunal de Justiça editou recentemente a Súmula nº 393 (DJe de 07/10/2009), dispondo que *"A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória"*.

Nesses termos, adianto que, segundo penso, a hipótese em lume comporta a interposição de exceção de pré-executividade.

Anoto que na execução fiscal em questão foram listadas como executadas pessoas jurídicas diversas, sob a alegação de que entre as instituições financeiras integradas ao pólo passivo da ação executiva haveria relação de subordinação, onde a empresa líder (Banco ABN AMRO REAL S/A) exerceria o controle sobre as demais sociedades componentes do conglomerado econômico, responsabilizando-se pelas obrigações tributárias imputadas ao grupo financeiro.

No ponto, destaco que a jurisprudência do STJ, por ocasião do enfrentamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que - sem ofensa à previsão contida no art. 124, I, do CTN - *"não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico"* (Resp 1.079.203/SC,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Rel^a. Min^a. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009).

Assim, *"Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico"* (REsp 834.044/RS, Rel^a. Min^a. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/11/2008, DJe de 15/12/2008).

No mesmo sentido, confira-se, p. ex.: AgRg no Ag 1055860/RS, Rel^a. Min^a. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe de 26/03/2009; e REsp 1.001.450/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe de 27/03/2008.

Com isso, tenho por procedente a alegação de erro na identificação do sujeito passivo da relação tributária suscitada pela sociedade empresária recorrente.

Em sucessivo, passo a examinar as questões argüidas pela empresa agravante relativamente à nulidade da CDA que lastreia a execução fiscal e, na espécie, entendo que a pretensão executiva do Município ora agravado não merece prosperar, em virtude de vícios na constituição do crédito exequendo.

De pronto, observo que, *in casu*, há nulidades comprometedoras da constituição do crédito tributário e da própria CDA que lastreia a execução fiscal em comento, sobretudo em virtude da inexistência de fundamentação legal para o lançamento fiscal.

Com efeito, a indicação genérica das normas tributárias supostamente infringidas vulneram o termo de inscrição da dívida ativa – conforme se infere dos arts. 202, inciso III, e 203, ambos do Código Tributário Nacional, e art. 2º, § 5º, inciso III, da Lei nº 6.830/80 –, e esse vício, por si só, prejudica (ou mesmo impede) o regular exercício da ampla defesa e do contraditório pela parte executada.

Igualmente, inexistente indicação de termo inicial para o cálculo dos juros e da correção monetária adicionados ao crédito exequendo, e bem assim não há justificativa legal para a cobrança do percentual de 30% (trinta por cento) a título de multa, conforme se depreende das informações sobre a metodologia de cálculo constante da CDA e da petição inicial da execução.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

134
C
094

Assinalo, por oportuno, que ambas as Câmaras Fazendárias desta Corte (a 7ª e a 8ª Câmaras Cíveis) já tiveram oportunidade de apreciar recursos similares ao que ora se apresenta, manifestando-se nos termos das ementas a seguir transcritas:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AUSÊNCIA DE LEI MUNICIPAL INSTITUIDORA DA EXAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 150, I, DA CF. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS À UNANIMIDADE. 1. Para que um Ente da Federação institua um tributo, no exercício da competência tributária diretamente haurida da Constituição, faz-se imprescindível a edição pelo Poder Legislativo Local de lei que descreva todos os elementos jurídicos da exação, considerando como um mínimo essencial a descrição abstrata do fato gerador da obrigação principal, a base de cálculo, as alíquotas, o sujeito ativo e os sujeitos passivos. 2. Inexistência de Lei Municipal instituidora do ISS incidente sobre arrendamento mercantil. 3. O ato de lançamento do crédito tributário, além de ser privativo da autoridade fazendária, é de ser obrigatoriamente notificado ao sujeito passivo, a fim de que este exerça a sua defesa, no prazo da lei e com a amplitude que lhe assegura a Carta Magna. 4. A determinação constante na Notificação de Débito de que eventuais esclarecimentos ou impugnações devem ser enviadas a escritório de advocacia situado no Município do Recife, revelando que o procedimento para constituição do tributo em foco não fora realizado por servidores públicos, mas por advogados terceirizados, ofende o princípio da legalidade estrita que rege a atividade tributária. 5. À unanimidade de votos foram rejeitados os aclaratórios.

(Embargos de Declaração nº 0182140-3/01 – Comarca: Pesqueira. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 10/12/2009). Grifei.

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE ISS SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING. CDA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL INSTITUIDORA DO TRIBUTO. NULIDADE. VERIFICAÇÃO. DEVER DO JUIZ DE INTIMAR O EXEQUENTE PARA SUBSTITUIR O TÍTULO DEFEITUOSO, ANTES DE PROFERIR SENTENÇA. INEXISTÊNCIA. APELO IMPROVIDO, À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. É cediço que a Constituição Federal não cria tributos, mas apenas outorga competência para que os entes políticos o façam por meio de leis próprias. 2. Com efeito, nos termos do art. 156, III, da CF/88, caberá aos Municípios instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), através de Lei, para que, ocorrendo o fato gerador nos moldes do que dispõe a LC nº 116/03, se possa exigir o aludido tributo dos contribuintes. Assim sendo, para a cobrança do crédito em questão faz-se imprescindível a edição pelo Poder Legislativo Local de lei que descreva os elementos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

135
095

jurídicos essenciais da exação (fato gerador da obrigação principal, a base de cálculo, as alíquotas, o sujeito ativo e os sujeitos passivos). 3. Na espécie, verifico que na CDA de fls. 06 não há qualquer indicação quanto à legislação municipal que teria rendido ensejo ao crédito objeto da presente controvérsia. 4. Em verdade, foram arrolados como base legal da cobrança do tributo tão-somente o CTN, a Lei Complementar federal nº 56/87, a Lei Complementar federal nº 116/03 e o Decreto-Lei nº 406/68, em evidente e insanável vício formal decorrente do descumprimento dos requisitos constantes do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei federal nº 6.830/80, Lei de Execuções Fiscais, e do art. 202, do Código Tributário Nacional, eis que não há menção no título de dispositivo de lei municipal em que se funda o suposto crédito exequendo. 5. Diante destas considerações, em razão da ausência de indicação da Lei municipal instituidora do tributo na Certidão de Inscrição na Dívida Ativa Municipal, é inválido o título executivo e, por conseguinte, ilegítima a cobrança que lhe tomou como suporte. 6. Outrossim, aduz a apelante que o magistrado a quo não poderia ter extinguido o feito com base na inexistência dos requisitos legais de validade da CDA (art. 202, do CTN, e art. 2º, § 5º, da Lei de Execuções Fiscais), sem antes possibilitar-lhe substituir o título executivo defeituoso, nos termos do art. 2º, § 8º, deste diploma legal. 7. Não merece prosperar a alegação. Com efeito, referido dispositivo apenas faculta ao exequente, até a decisão de primeira instância, emendar ou substituir a certidão de dívida ativa, o que não se observou no caso vertente. 8. Não impõe a lei dever ao magistrado de providenciar a intimação do exequente, mas, em verdade, meramente cria mecanismo que lhe possibilita a troca do título por iniciativa própria. 9. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo para manter incólume a decisão fustigada em todos os seus termos.

(Apelação Cível nº 0186963-2 – Comarca: Sairé. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgamento em 23/11/2009).
Grifei.

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CDA. FUMUS BONI IURES E PERICULUM IN MORA CONFIGURADOS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A Constituição Federal não cria tributos, mas apenas outorga competência para que os entes políticos o façam por meio de leis próprias.

2 - Nos termos do art. 156, III, da CF/88, caberá aos Municípios instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), através de Lei, para que, ocorrendo o fato gerador nos moldes do que dispõe a LC nº 116/03, se possa exigir o aludido tributo dos contribuintes, assim sendo, para a cobrança do crédito em questão faz-se imprescindível a edição pelo Poder Legislativo Local de lei que descreva os elementos jurídicos essenciais da exação (fato gerador da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

obrigação principal, a base de cálculo, as alíquotas, o sujeito ativo e os sujeitos passivos).

3 - Suspensão a exigibilidade do crédito tributário.

4 - Instrumental provido.

5 - Decisão Unânime.

(Agravado de Instrumento nº 0179103-5 - Comarca: Jurema. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgamento em 16/10/2009). **Grifei.**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. SUBSTITUIÇÃO. PERMANÊNCIA DOS VÍCIOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. APELO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. A inscrição na dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida em que contenha todas as exigências legais previstas no § 5º, do art. 2º, da Lei 6.830/80. 2. A finalidade dessa regra de constituição do título é atribuir à CDA a certeza e liquidez inerentes aos títulos de créditos, o que confere ao executado elementos para opor embargos, obstando execuções fiscais arbitrárias. 3. A Fazenda Pública, pode substituir ou emendar a CDA até a prolação da sentença, ante o teor do art. 2º, § 8º, da Lei 6.830/80. 4. No caso em apreço observo que a CDA substitutiva da originária permaneceu violando os termos da legislação. 5. **A falta de lei municipal instituidora da exação objeto da presente cobrança de tributos viola a garantia prevista no art. 150, I da CF/88.** 6. Apelo improvido unanimemente.

(Apelação Cível nº 0186439-1 - Comarca: Mirandiba. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 08/10/2009). **Grifei.**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ISS. INCIDÊNCIA SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL DO PROCESSO EXECUTIVO POR NULIDADE DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO, NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO POR VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º, § 5º, III, DA LEI Nº 6.830/80, E 150, I, DA LEI MAIOR. 1. Não é possível o indeferimento liminar da inicial do processo executivo, por nulidade da CDA, antes de se possibilitar ao exequente a supressão do defeito detectado no título executivo, o que não ocorreu na hipótese. 2. Tratando-se de matéria unicamente de direito e tendo em vista a apresentação pela municipalidade de nova CDA em substituição à originária juntamente com a interposição do apelo, é de se aplicar o disposto no art. 515, § 3º, do CPC, em homenagem aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo, insculpidos no art. 5º, LXXVIII, da Lei Maior. 3. A inscrição na dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida em que contenha todas as exigências previstas no art. 2º, § 5º, III, da Lei nº 6.830/80, conferindo ao executado elementos para opor embargos à execução. 4. **A exigência do**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

137
097

tributo, imprescindibilidade se faz a edição pelo Poder Legislativo Local de lei que descreva todos os elementos jurídicos da exação, incluindo a descrição abstrata do fato gerador da obrigação principal, a base de cálculo, as alíquotas, o sujeito ativo e os sujeitos passivos a ela submetidos. 5. Inexistência tanto na CDA originária como naquela retificadora, de referência a lei municipal instituidora do imposto, limitando-se o título apresentado a mencionar o CTN, a LC nº 56/1987, a LC nº 116/2003 e o Decreto-lei nº 406/1968, como base legal para a cobrança, violando os termos dos arts. 2º, § 5º, III, da Lei nº 6.830/80, e 150, I, da Lei Maior, o quanto basta para a declaração de nulidade do título executivo em questão. 6. Apelo improvido à unanimidade. (Apelação Cível nº 0168589-8 - Comarca: Orobó. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 08/10/2009). Grifei.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU REJEITANDO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA VICIADA. ANULAÇÃO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL ORIGINÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO MAJORITÁRIA. a) É cabível exceção de pré-executividade para livrar de uma constrição patrimonial ilegítima o devedor, quando patentes, no título executivo, vícios comprometedores de sua validade, atingindo qualquer um de seus elementos (liquidez, certeza ou exigibilidade); b) No caso em apreço, além da inobservância de requisitos formais da CDA, tais quais a indicação do livro e folha de inscrição da dívida (art. 2º, parágrafo único, do CTN), termo inicial e forma de cálculo dos juros e atualização monetária (art. 2º, §5º, II, da LEF), o título executivo se ressentia, ainda, da bitributação de algumas operações - mácula comprometedora do requisito de exigibilidade que se espera daquele documento; c) Em reiterados casos, este órgão tem expurgado a terceirização da atividade arrecadadora de certos Municípios, que, diuturnamente, têm delegado, a escritório de advocacia, atos privativos (como, até mesmo, o julgamento de recursos administrativos contra as cobranças), pela violação da legalidade e moralidade administrativa implicada em tal praxe. O caso em apreço, por também se tinar dessa mácula, redundava na nulidade do título e conseqüente extinção da Execução Fiscal; d) Agravo de Instrumento ao qual, por maioria de votos, dá-se provimento. (Agravo de Instrumento nº 0176044-9 - Comarca: Canhotinho. Órgão julgador: 7ª Câmara Cível. Rel. p/ o Acórdão Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgamento em 11/08/2009). Grifei.

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ISS. ARREDAMENTO MERCANTIL. AUSÊNCIA DE LEI INSTITUINDO A EXAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. NULIDADES. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Violação ao comando do art. 150, I, da CF, ante a falta de lei municipal instituindo o tributo objeto da controvérsia. 2. A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

138
C
098

notificação de débito é fase posterior à conclusão definitiva do processo administrativo de lançamento tributário, de modo que não pode o contribuinte, sem que o crédito esteja devidamente constituído, ser notificado para pagar, sob pena de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. 3. Cabe privativamente à autoridade fazendária constituir o crédito tributário, através do lançamento, de modo que a delegação dessa atividade a terceiros inquina o crédito de nulidade insanável por vício de competência. 3. Inteligência do art. 142 do CTN. 4. A unanimidade, negou-se provimento ao agravo regimental.

(Agrav. Regimental nº 0182868-6/01 – Comarca: Santa Maria do Cambucá. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 07/05/2009). **Grifei.**

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. CÔMPUTO DE VÁRIOS EXERCÍCIOS NUM SÓ, SEM DISCRIMINAÇÃO DO PRINCIPAL E DOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS, ANO A ANO. NULIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Os arts. 202 do CTN e 2º, § 5º da Lei nº 6.830/80, preconizam, que a inscrição da dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida que contenha todas as exigências legais, inclusive, a indicação da natureza do débito e sua fundamentação legal, bem como forma de cálculo de juros e correção monetária. 2. Respeitada essas regras, confere-se ao executado elementos para opor embargos, obstando execuções arbitrárias. 3. CDA embasadora do executivo fiscal que engloba vários exercícios num só, sem que haja discriminação do principal e dos consecutivos legais de cada ano, impossibilita o exercício constitucionalmente assegurado da ampla defesa, posto dificultar a exata compreensão do quantum exequendo. 4. Nulidade que se declara. 5. Precedentes do STJ. 6. Agravo provido. 7. Decisão unânime.

(Agrav. de Instrumento nº 0178682-7 – Comarca: São João. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 02/04/2009). **Grifei.**

Ponderadas essas circunstâncias, e considerando que a oposição de exceção de pré-executividade se presta a evitar o prolongamento de execução inviável (dispensando-se a parte executada de desnecessária constrição patrimonial), cuido que a execução fiscal em foco deve ser extinta, sem resolução de mérito, tendo em vista a nulidade do título executivo que lhe dá esteio, sobretudo face à inexistência de fundamentação legal para a exação que se pretende levar a efeito.

73



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

139

099

Ante o exposto, **dou provimento** a este **agravo**, para o fim de reformar a decisão agravada, em ordem a extinguir a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso, com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil.

Diante do caso concreto, fixo a verba honorária devida pelo Município sucumbente em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

É como voto.

Recife, 4 de *fevereiro* de 2010.

Francisco
Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator